

ANEXO 1 – TEXTO-BASE PARA A DISCUSSÃO SOBRE A HISTÓRIA DA RELAÇÃO DO HISTORIADOR COM O DOCUMENTO HISTÓRICO

Texto: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais – História – Ensino Fundamental*, 1998.

A palavra documento vem do termo latino *documentum*, que deriva do verbo *docere*, que significa ensinar no sentido de transmitir e de comunicar informações já consolidadas. Durante algum tempo, principalmente para os historiadores de inspiração positivista do século XIX e início do XX, o documento significou a idéia de testemunho escrito, comprovação, de prova sobre os acontecimentos do passado. Mesmo sendo do estudioso a decisão quanto à escolha do documento a utilizar, fazia parte do ofício manter a fidelidade do conteúdo dos textos, pois acreditava-se que o documento mantinha uma relação direta com o real. Cabia ao historiador, depois de constatar a autenticidade do texto, descrever o real, baseando-se nos dados nele descritos. Assim, o texto era valorizado apenas pelo que continha, encarado apenas como informante de conteúdos, simples suporte de informação. Nem todo texto era considerado documento. Só eram utilizados os oficiais, aqueles voluntariamente produzidos com o intuito de registrar acontecimentos políticos, militares, jurídicos e diplomáticos, como certidões de cartórios, escrituras de compra e venda, atas das Câmaras ou do Senado, relatórios de secretarias de governos, leis, inscrições em templos ou monumentos, cartas, etc.

Ao longo do século XX, o documento adquire outra amplitude no trabalho do historiador. São utilizadas outras fontes de pesquisa histórica relacionadas à preocupação de se estudar outras dimensões da vida social. Os documentos passaram a ser tudo o que é registrado por escrito, por meio de sons, gestos, imagens ou que deixou indícios de modos de fazer, de viver e de pensar dos homens — músicas, gravuras, mapas, gráficos, pinturas, esculturas, filmes, fotografias, lembranças, utensílios, ferramentas, festas, cerimônias, rituais, intervenções na paisagem, edificações, etc. As fontes escritas passaram a ser variadas — textos literários, poéticos e jornalísticos, anúncios, receitas médicas, diários, provérbios, registros paroquiais, processos criminais, processos inquisitoriais, etc.

(...)

Os vestígios do passado, quando transformados em documentos históricos, passaram a englobar outras funções, além das suas funções primárias originais, ou seja, ganham também o papel de fornecer para o estudioso indícios de realidades históricas — relações sociais, modos de vida, mentalidades. Um diário de um capitão de navio, por exemplo, transformado em documento histórico, não se limita à sua função original de registrar as atividades de bordo. Por meio dele o estudioso pode obter informações que, confrontadas com dados provenientes de outros documentos, indicam os conhecimentos no período sobre as rotas marítimas, as relações de comércio entre povos da época, etc.

(...)

A noção tradicional de que os documentos eram depositários de verdades indiscutíveis diretamente relacionadas com o real foi abalada. Os documentos perderam a dimensão de se bastarem por si só e de falarem apenas por meio de seus conteúdos. Reconheceu-se que a transformação dos registros humanos em documentos históricos depende do trabalho do historiador e das problemáticas relevantes para o seu tempo e sociedade, cabendo a ele dar-lhes nova significação, inseri-los em novos contextos, interrogá-los a partir de temas de estudo e, enfim, realizar todo o trabalho subjetivo de construção de conhecimento subjacente.

